

EDUCAÇÃO COMPARADA NO BRASIL

Candido Alberto Gomes

Universidade Católica de Brasília

Contemplar a caminhada recente da educação comparada no Brasil remete a uma perspectiva mais longa, em que o país oscila entre a cultura imitativa e o nacionalismo. Da imitação cultural, desde os séculos de colonização, o país foi tateando rompimentos e superações, num leque que inclui desde a xenofobia até à busca madura da autoconsciência, separando o que é transcendente do que é imanente à elaboração científica no exterior.

Por isso, o presente trabalho faz um bosquejo sobre estes quadros históricos e as tendências da elaboração científica da educação comparada nas últimas décadas no país. Para tanto, realizou-se uma busca aos periódicos científicos brasileiros, caracterizando os temas, títulos das revistas e anos de publicação. Não se trata de uma revisão da literatura, mas de um trabalho preliminar, esboçando possíveis tendências, a serem verificadas na empiria, aqui representada pelas publicações focalizadas.

DA IMITAÇÃO À CRIAÇÃO

O Brasil se situa na América, um continente confundido com outro, as Índias, não tendo sido estando previsto pela cultura e pela geografia. Como incluí-lo nas crenças, valores e conhecimentos da época? A iconografia representava a Europa como uma mulher majestosamente vestida, com um troféu de armas, livros e globos aos seus pés, tendo na cabeça uma coroa, em uma das mãos um cetro e na outra o corno da abundância. Em outras representações, além dos símbolos da realeza, da religião, das artes e da indústria, o Velho Continente recebe a homenagem da Ásia, África e América (que contraste com as relativas pobreza e isolamento vividos em grande parte na Idade Média Ocidental!).

Os antigos gregos elaboraram o conceito de *Ecumene*, o mundo habitado e composto pela Europa, Ásia e África, nesta ordem. Tal concepção hierárquica foi sacralizada pelo cristianismo ao ponto de a tiara papal ser

dividida em três para, dependendo das interpretações, representar a autoridade ecumênica da Igreja. Não sendo a América as ansiadas Índias, quem eram os seus habitantes se, conforme raízes muito mais antigas, os três filhos de Noé haviam sido sementes do povoamento dos continentes conhecidos? Criaram-se, assim, os conceitos de Velho e Novo Mundos, com a Europa sempre ao centro. A novidade da América situava a rainha diante de um ente vazio, pronto para receber o seu ser. Tão vazia que chegou a ser denominada de Novas Índias ou Índias Ocidentais. Herdeira da tradição clássica greco-latina, que renascia; possuidora da verdade revelada do cristianismo, detentora da fé na razão imanentista, não se admira que a Europa se explicasse a si mesma como representante e encarnação da história universal e, por isso, dispensadora do ser de todas as outras culturas, em particular do vácuo da América. Desse modo, a iconografia representava as demais áreas do mundo rendendo-lhe homenagem: a Ásia, opulenta e exótica; a África, com o seu destino servil, enquanto a América, desnuda, demonstrando o seu ser vazio de significado, depunha seus produtos ao pé da soberana (O’GORMAN, 1958).

A colonização da América preenche, pois, um vácuo: os olhos das pessoas cultas viviam a perscrutar os horizontes em busca dos navios do Velho Continente que chegavam a terras de degredo. Na bagagem vinham ideias, ciências e artes, além de diplomas universitários. Era tudo de melhor, mais recente, de modo que a cultura colonial, se possível como um espelho, refletisse e imitasse simetricamente e o mais rápido possível as últimas tendências d’além-mar. É claro que, apesar do monólogo, também se estabelecia um diálogo, não raro indesejado, entre as culturas do colonizador e do colonizado. De modo estilizado, pode-se distinguir o contraste entre cosmopolitas que consideravam os modelos europeus como ideais e os “pragmáticos”, que viviam as contradições reais. Daí provém a antinomia entre o Brasil oficial e o Brasil real.... até hoje.

Neste contexto, embriões de nacionalismo se desenvolveram no século XIX para construir novos países na América Latina, cujas escassas elites culturais e econômicas precisavam organizar Estados. O ente vazio em alguns séculos estava parcialmente cheio, conquantom parte vazio. O nacionalismo era também importado, porém gerava uma contradição irresolúvel com aspirações e condições deste continente, já então muito diversificado. Tratava-se de um processo contraditório de emergência de novos seres, parto doloroso da História. Como organizar a educação? Que modelos apresentavam outros países, na nebulosa incerteza dos nossos? Já nos fins do século XIX a educação comparada contribuiu para formar

uma rede internacional, em que as viagens para conhecer a educação de outros países, no caso inicialmente os europeus e norte-americanos, contribuem para uma ampla palheta de reações, que caminharam do nacionalismo exacerbado, em certos casos xenofobia, até à imitação de modelos cujos pressupostos aqui não se verificavam, passando pela busca da criação e da adequação. É neste processo que se insere a Educação Nova, com suas profundas repercussões internacionais, e a busca da renovação (cf. JESUS; GOMES, no prelo), inclusive no Brasil e em Portugal e na comunicação entre ambos. As teias se desenhavam, interpenetrando-se e provocando reflexões diante da multiplicidade de fontes e experiências.

Durante a Grande Depressão de 1929, o mundo estava mudado e cruelmentechagado pelos nacionalismos de diversas latitudes, que se entrecruzavam com o racismo e ressentimentos de guerra para gerar nova guerra. Estes nacionalismos eram e são hoje talvez mais fortes que a lealdade entre vassallos e suseranos na Idade Média Ocidental (cf. SOUSA, 2010). A dinâmica econômica, antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, levou vários países latino-americanos a se voltarem para si, a se industrializarem(FURTADO, 2005; GONÇALVES, 2012) e a adotarem ecos daqueles nacionalismos, no quadro de Estados nacionais autoritários. Após estes dolorosos processos, vige em grande parte o nacional-desenvolvimentismo, com novos impulsos à industrialização. Todavia, as redes da globalização tendiam a apertar cada vez mais as suas malhas, com o capitalismo industrial e financeiro a se tornar internacional e transnacional, apesar dos muros da guerra fria. Novos “modelos” são elaborados para os países de passado colonial, inclusive para a educação, vinculados a recursos externos, que jogam razoavelmente bem com os interesses conflitantes de segmentos das elites internas. Eis porque Carnoy (1974) denuncia a educação como imperialismo cultural, crítica tão velha quanto a de Tácito (2014), em cerca de 98 a. C., sobre a arrogância predatória do Império Romano em relação aos “bárbaros” da Germânia, que depois o esfacelaram.

A educação comparada entra nesta arena de contradições, ora como veiculadora mais ou menos eficaz de um ideário internacional “para países pobres”, com casos clássicos de desencontro intercultural e amplo desperdício como o de Gana (FOSTER, 1978). Nele se definiu de fora a educação técnica agrícola como a melhor opção para o país, quando os pais desejavam a urbanização e as ocupações não manuais para os poucos filhos que sobreviviam até à educação secundária.

No entanto, a educação comparada também serviu para refletir, do ponto de vista especialmente do Hemisfério Sul (na verdade, um poliedro multifacetado), sobre a separação entre o trigo e o joio: como seres em situação, precisamos distinguir o que é imanente ao conhecimento científico gerado pelo seu contexto histórico-social e o que transcende este. Para isto a fenomenologia e a sociologia do conhecimento contribuíram grandemente para efetuar a “redução” de conhecimentos externos às realidades destes países. Esta alternativa, de identificar as raízes, serviu tanto para escapar à xenofobia como à imitação cultural reprodutiva (GOMES, 1989).

Dando um salto nestas considerações resumidas, a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria semearam grandes esperanças de paz e até de prosperidade, similares às da “pax romana”, do Imperador Augusto e período seguinte. A sociedade em rede (CASTELLS, 1999), uma das várias perspectivas do ontem e do hoje, foi simultaneamente fator e consequência daquele divisor de águas, a queda do muro, pois a globalização depois passou a cobrir a maior parte do mundo e a envolvê-lo em redes cada vez mais apertadas. Bem antecipou Thurow (1996), em livro aparecido cinco anos antes do 11 de Setembro, que o capitalismo havia alcançado uma vitória de Pirro: provava ser o melhor sistema econômico, mas precisava transformar-se para fazer face às grandes desigualdades internacionais. Igualmente a globalização atingia os mais distantes rincões da Terra com seus valores, produtos de consumo e promessas, contudo, já se prenunciavam movimentos de afirmação fundamentalista de identidades culturais.

Pior que isso, o capitalismo financeiro global cria uma “nova ética” das “razões econômicas” sobrepostas à lei, para “superar” os modelos ditos anacrônicos (cf., por ex., SANDEL, 2012). Com tudo isso, as promessas encantadas parecem realizar-se para poucos em detrimento da maioria, conforme as teses de Piketty (2014) e outros. Que o diga a crise financeira iniciada em 2008, que acentuou fortes sentimentos nacionalistas, inclusive nazifascistas. A Europa do Sul em grande parte está economicamente em mau estado, depois do costumeiro receituário da austeridade (BLYTH, 2014), em geral uma espiral descendente que leva progressivamente a mais austeridade. Com isso, é necessário poder político para reverter as estratégias da crise do euro (BECK, 2014; TOURAINE, s/d.), enquanto, por seu lado, os Estados Unidos contabilizam as perdas em busca de desenhar para si um novo papel geopolítico.

Quais alguns impactos destas ondas de mudanças sobre a educação? Carnoy (2002) assinala que a mundialização, como denomina, gerou reformas educativas fundadas na competitividade, nos imperativos financeiros (de redução de recursos e aumento da eficiência) e na equidade. Tais reformas, articuladas na economia mundial, envolvem, entre outras tónicas, a descentralização, a privatização e a cultura da avaliação das aprendizagens. Ter uma economia competitiva depende em grande parte do conhecimento gerado e de trabalhadores qualificados, o que recomenda aumentar os gastos públicos e a sua eficácia, para obter maior acesso, qualidade e equidade da educação. O que segue na contramão de considerar pais e alunos como clientes a serem “agradados”, no quadro do gerencialismo de hoje, que defende o livre jogo da oferta e da demanda.

E a educação comparada como se situa nestes novos contextos? Sem pretender fazer um balanço em tão pouco espaço, Cowen e Kazamias (2012), na introdução de volumosa obra publicada no Brasil, por si importante marco, declaram que se distinguem diversas educações comparadas, tanto em um momento específico quanto ao longo do tempo e ela continua a mudar com as novas leituras de mundo, abordagens metodológicas e teóricas. Entre elas, se incluem, além de outras, as abordagens marxista e crítica (OLMOS; TORRES, 2012), bem como a ênfase a diferentes linhas de dominação (e exploração), como o gênero, as etnias (incluindo línguas e religiões) e as das migrações. Portanto, não é possível ceder a qualquer desejo de supersimplificação.

COMO VAI A EDUCAÇÃO COMPARADA NO BRASIL?

A perspectiva dos decênios passados é que a educação comparada continua a ser cultivada, minoritariamente, e parece ter sido beneficiada com o fluxo de professores, em particular de pós-doutoramento, sobretudo rumo a Portugal. Isso acontece mesmo depois das mudanças curriculares do curso de graduação em pedagogia, quando a educação comparada deixa de ser elencada no currículo mínimo. A educação comparada se situa longe de uma abordagem de grande vulto, mas com expressão marcante, o que lhe permite exercer o papel de sal da terra: abrir novas janelas e captar novos ventos num mundo tão interdependente, sem tentar voltar as costas à globalização, o que seria uma alternativa desvairada. Igualmente, sem o espírito de uma cultura imitativa, espelho desenraizado de realidades em parte – mas só em parte – estranhas.

Retomando o fio das análises da produção científica, cabe primeiro abeberar-se na fonte de Castro e Werle (2004) e de Werle e Castro(2004a). Considerando a palavra-chave administração comparada, as autoras captaram 77 artigos publicados em periódicos brasileiros entre 1995 e 2000, correspondendo a 2,2% do total. Focalizando o período de 1982 a 2000 localizaram 191 artigos de administração educacional comparada, isto é, 5,3% do total, um provável reflexo da globalização. A maior incidência ocorreu em 1992-95, com pequeno declínio no ano 2000. Neste espaço de tempo, os periódicos que mais publicaram tais artigos foram *Contexto e Educação* (19,8% sobre o total), *Pro-Posições*(12,3%) e *Educação e Sociedade* (11,3%). Predominaram as comparações com a América Latina (72,7%), seguida da Europa, inclusive Portugal (19,6%). Os focos temáticos mais frequentes foram as reformas educativas, o ensino superior, tendências pedagógicas, globalização, formação de professores e democracia e cidadania.

Mudando em parte de direção, Castro (2013) encontrou 70 dissertações e teses com temática comparativa no Banco de Dados da Capes entre 2008 e 2011, a saber, 0,4% do total. Neste período se verificaram algumas mudanças: estudos sobre o Brasil, Portugal, África e América Latina foram os focos principais, confirmando a hipótese levantada de que a escassez do domínio de línguas estrangeiras facilita a emergência de estudos lusófonos e em países de língua espanhola. Os trabalhos sobre a África se devem ao afluxo dos estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa aos programas de pós-graduação no Brasil. Quanto ao foco temático, Portugal individualmente ganha a dianteira, com 13 trabalhos, porém somando os países latino-americanos e do Caribe, foram detectados 16 estudos. Comparando o Brasil com países europeus, só se contaram sete trabalhos, mas é interessante observar que os Países de Língua Oficial Portuguesa, exceto Portugal, são representados por 12 estudos, o que sugere um movimento ascendente, em face de novos contornos geopolíticos.

Enfim, a educação comparada e, especificamente, a administração comparada podem ter sido e podem continuar a ser sal da terra, não só no sentido de processar influências da globalização, mas, sobretudo, de assumir posições críticas em relação a ela.

OUTRO FOCO: OS ARTIGOS

Paradoxalmente, puxou-se o fim da meada, mas o presente trabalho não pôde estabelecer uma comparação rigorosa com os estudos predecessores sobre administração e educação comparadas. Isto porque a rede para a pesca foi, do ponto de vista tecnológico, mais abrangente, porém teve malhas mais finas da perspectiva das palavras-chave utilizadas. Este levantamento se colocou na pele do estudioso que dispõe da busca pela internet, deseja descobrir trabalhos sobre educação comparada e internacional em português, sua primeira língua, nos periódicos científicos brasileiros. Supõe-se que este estudioso não conta com canais institucionais para acesso a periódicos assinados, pagos, nem tem recursos para fazê-lo individualmente. Também tem restrito acesso a bibliotecas com periódicos em papel. Aliás, numerosas revistas hoje são apenas eletrônicas e outras são eletrônicas e impressas. Em outras palavras, procurou-se o acesso mais democrático pelo idioma e pelo custo, mas se tomou em consideração as mudanças de processos de busca dos estudantes, com a disseminação das tecnologias da informação e comunicação e a sua renovação por idade. É claro que o divisor digital representa ainda um limite a este acesso democrático. Assim, os números a que se chegou foram diferentes dos trabalhos antes citados e mostraram interessantes tendências. Entretanto, não visou a lhes dar coerente continuidade. Este estudo descerra um novo ângulo em face do que tem sido elaborado e está disponível para consulta mesmo nos locais mais distantes, desde que haja acesso à internet.

METODOLOGIA

Para a busca dos artigos nos periódicos científicos brasileiros foram utilizadas, em junho de 2014, as palavras-chave educação comparada, educação internacional e educação comparada e internacional na Scielo Brasil, Google Acadêmico e Directory of Open Access Journals (DOAJ) sem limitação de datas. Tais critérios excluem as revistas que não têm acesso eletrônico aberto e subestimam o número de artigos mais antigos, visto que a digitalização e a publicação na internet são relativamente recentes, embora pareçam ter uma abrangência cada vez maior. Foram considerados todos os trabalhos publicados no Brasil, inclusive traduções e textos de autores com afiliação institucional fora do país. Tendo acesso aos artigos, foi feita uma análise por meio do título e do resumo, que determinou a exclusão de alguns. Recorreu-se então, nos casos de dúvida, ao conteúdo completo, excluindo outros trabalhos. Incluiu-se um artigo de direito comparado à educação e vários que focalizam comparativamente o

ensino em nível superior do Direito, Medicina e outros. Chegou-se ao número final de 84 artigos, muito menor que o detectado pelos artigos antes citados.

RESULTADOS

Os trabalhos selecionados, excluindo aqueles publicados até 1999 e que devem estar subestimados pelos motivos referidos, alcançou a média anual de 5,6, incluindo o ano de 2014. Portanto, é provável que haja certo número, não detectado, de artigos apresentados a periódicos científicos nacionais e em processo de análise; outros aprovados e, ainda, outros programados para o corrente ano, o que provavelmente levará a um acréscimo dos resultados do último ano da série histórica, bem como da média acima.

O quadro 1 apresenta a dispersão dos artigos por um alto número de periódicos, alguns necessariamente não de educação, porém sendo considerados trabalhos acadêmicos de enfoque educacional comparativo. O total por revista variou de oito a um artigo. Do total, 15,8% vieram a lume em dois periódicos de amplo alcance: *Educação e Sociedade* e *Revista Brasileira de Educação*. Se forem incluídos os títulos que trouxeram à luz até três artigos no período, alcançar-se-á a metade, isto é, 50,0%. Os 26 artigos publicados em número idêntico de periódicos representam 31,0% do total. Portanto, como o número de títulos em acesso aberto aumentou substancialmente no Brasil, se verifica uma ampla dispersão.

Mais uma vez, os títulos se concentram nas Regiões Sudeste e Sul, com pequenas representações da Região Centro-Oeste (neste caso, só o Distrito Federal), da Região Nordeste, com apenas um título, e nenhum da Região Norte. Mais da metade dos periódicos se reúne no Estado de São Paulo, a saber, 50,5%, levando o Sudeste a chegar a 59,5% do total. A Região Sul abriga quase um terço dos títulos, ou seja, 31,0%, tendo o Rio Grande do Sul à frente, com 11,9%. Coincidentemente são as Regiões que concentram a maior parte do ensino de pós-graduação e da pesquisa do país, além de serem as mais globalizadas.

Quanto à distribuição por triênio, observa-se uma elevação contínua até 2009-11, quando atinge o pico de 28 artigos, ou 33,3% do total, declinando para a metade em 2012-14, com as ressalvas antes apresentadas. Mesmo com possíveis artigos a serem publicados, a inflexão parece clara, pois dificilmente poderia superar o triênio anterior. Ainda

assim, os três últimos triênios, de 2006 a 2014, reúnem 69,0% das publicações, o que indica interesse e elaboração maiores.

PERIÓDICOS	ESTADO	Até 1999	2000-02	2003-05	2006-08	2009-11	2012-14	Total
Educação e Sociedade	SP		2	3	1	2	-	8
Rev. Bras. de Educação	RJ	-	-	-	-	3	2	5
Bolema	SP	-	-	-	-	2	2	4
Educação	RS	-	-	1	3	-	-	4
Eccos	SP	-	1	2	-	-	-	3
Em Aberto	DF	2	1	-	-	-	-	3
Ensaio	RJ	-	-	2	-	1	-	3
Hist. da Educação	RS	-	3	-	-	-	-	3
Rev. de Avaliação da Ed. Superior	SP	-	-	-	2	-	1	3
Rev. Bras. de Hist. da Educação	SP	-	1	-	-	1	1	3
Sequência	SC	-	-	-	2	1	-	3
Cadernos de Pesquisa	SP	-	1	-	-	-	1	2
Ed. e Pesquisa	SP	-	-	-	-	2	-	2
Educação UNISINOS	RS	-	-	1	-	1	-	2
HISTEDBR	SP	-	-	-	-	1	1	2
Linhas Críticas	DF	-	-	1	-	1	-	2
Rev. Bras. de Política e Administração da Educação	RS	-	-	-	-	2	-	2
Práxis Educativa	PR	-	-	-	1	-	1	2
Pro-Posições	SP	1	-	-	-	1	-	2
Outras		2	-	2	7	10	5	26
Total		5	9	12	16	28	14	84

Quadro 1 – Distribuição dos artigos sobre educação comparada e internacional por periódicos brasileiros segundo o Estado e o triênio de publicação

Por sua vez, o quadro 2 oferece uma visão ao mesmo tempo temática e temporal. A amplitude dos temas sugere maior ramificação, como são também diversificados os periódicos em que vêm a público. A categoria mais frequente é a das políticas educativas, incluindo currículos (44,1%), ou seja, que envolve mais frequentemente a aplicação da abordagem comparada e internacional a problemas concretos em perspectiva mundial, continental e binacional. A categoria genérica representa 14,3% do total, enquanto as políticas da educação básica e superior reúnem, respectivamente, 13,1% e 16,7%. Possivelmente pelas maiores conexões internacionais, a educação terciária superou os temas anteriores. Seguem-se, pela ordem, a História comparada da educação (16,7%), campo aparentemente novo; as teorias e metodologias da educação comparada (13,1%), portanto, a área específica e fundamental para o desenvolvimento da disciplina, e a gestão escolar e educacional (10,7%), que incluiu o financiamento da educação. Em continuidade, vêm a análise de trabalhos acadêmicos e a formação de educadores, ambas com 6,0%. A primeira indica o interesse pelo balanço dos trabalhos em diferentes períodos, ao passo que a última tem modesta expressão, apesar da relevância do tema. Por último, apesar da difusão ampla de avaliações interpaíses, aparece a avaliação internacional, com apenas 3,0% (a soma não perfaz 100,0 em virtude de arredondamentos).

Como a distribuição dos artigos é bastante dispersa, não é recomendável aludir a tendências, a não ser no total das políticas educativas, crescente e majoritária, com diminuição, porém, no último triênio observado.

Temas	Até 1999	2000-02	2003-05	2006-08	2009-11	2012-14	Total
Políticas educativas	2	2	-	2	5	1	12
Pol. da educação básica	-	-	1	2	6	2	11
Pol. ed. superior	-	1	1	5	4	3	14
Subtotal	2	3	2	9	15	6	37
História comparada da educação	1	4	1	3	4	1	14
Teorias e metodologias							

da educação comparada	1	1	4	-	1	4	11
Gestão escolar e educacional	-	1	1	-	5	2	9
Análise de trabalhos acadêmicos	-	-	3	1	1	-	5
Formação de educadores	1	-	1	2	1	-	5
Avaliação educacional	-	-	-	1	1	1	3
Total	5	9	12	16	28	14	84

Quadro 2 – Distribuição trienal dos artigos sobre educação comparada e internacional por periódicos brasileiros segundo o tema

Com que países se estabelecem comparações segundo o tema? A diversidade é vasta, mas com o predomínio inegável de Portugal, seguido pela América Latina. Nas políticas educativas em geral verificam-se cinco comparações com o continente latino-americano, duas comparações com Portugal, além da Bélgica, Canadá e República da Coreia. Nas políticas da educação básica Portugal aparece em três casos, além de comparações com outros Países de Língua Oficial Portuguesa, África do Sul, China, França e Peru. No que tange às políticas da educação superior, acham-se comparações com a Argentina, Portugal e Estados Unidos. Na história comparativa da educação, outra vez prevalece Portugal, em três casos, seguido da Argentina, Estados Unidos, Holanda, França, Inglaterra, Moçambique e Rússia. Na gestão escolar e educacional, novamente Portugal, com três casos, seguido da América Latina e de países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por fim, na formação de educadores, encontram-se duas comparações com Cuba e outras com a Austrália e o Canadá. A julgar por este quadro, nossa teia de contato é liderada pela matriz histórica, de língua comum, Portugal, seguida pela América Latina. O Hemisfério Norte é representado por alguns países da União Europeia, Canadá e Estados Unidos. A Ásia é representada apenas pela China. A África Subsaariana comparece com os países de língua oficial portuguesa e a África do Sul.

Outra dimensão das nossas redes está na afiliação institucional de autores fora do Brasil. Outra vez Portugal segue à frente por larga margem (15

autores), sucedido pela Argentina (quatro autores) e três da Alemanha. Com um caso cada um aparecem: uma organização internacional, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos e Uruguai. Considerando o continente, a América Latina tem seis autores. Mais uma vez se destacam os laços históricos e linguísticos com Portugal, seguidos por países de língua hispânica.

QUE NOS DIZ ESTA JANELA?

Dos periódicos que publicaram administração educacional comparada, surgem acima, no topo dos números, *Educação e Sociedade*, enquanto *Pro-Posições* só publicou dois. Confirma-se, todavia, a ascensão de Portugal, sucedido pela América Latina. O “impossível” e saudoso Ariano Suassuna, autor bem fincado nas raízes do Brasil, ousadamente afirmou: “Esta junção de Portugal com a Europa é um erro. É por isso que está desse jeito. Portugal devia estar com o Brasil e a África” (VIEIRA, 2014). Esta frase certamente fere numerosos ouvidos lusos, mas que eixos geopolíticos se esboçam? Consistente com o interesse pela administração educacional comparada, as políticas educativas em geral e específicas (educação básica e superior) alcançaram o maior destaque (44,0%), o que, somado à gestão escolar e educacional e à avaliação educacional, perfaz nada menos que 57,7%. Assim, ter-se-ia a predominância da perspectiva macroscópica, sem aproveitar devidamente a perspectiva microscópica, inclusive da pesquisa qualitativa na educação comparada, que tem se desenvolvido no exterior.

Por sua vez, os autores com afiliação institucional no exterior do Brasil são publicados em português ou espanhol. É provável que a hipótese de Castro (2013) se confirme mais uma vez. Por quê? Após o nacionalismo-desenvolvimentista, seguiu-se o nacionalismo político dos governos militares, num país ensimesmado do ponto de vista econômico, mas financeiramente extrovertido, haja vista que foi atingido em cheio pela crise da dívida externa. Ao mesmo tempo, a massificação do ensino fundamental e médio pode ter levado à fragilidade do ensino de línguas estrangeiras, inclusive com a redução inicial a uma só língua estrangeira moderna, com destacada predominância do inglês. De fato, seus cursos no sistema educacional sombra têm presença expressiva (GOMES et al., 2010), portanto, a aprendizagem mais ou menos efetiva de outros idiomas dependeria de custos extras, inclusive tempo e transporte, para os estudantes e suas famílias.

Teríamos, com isso, erguido os muros de uma espécie de gueto linguístico e cultural num país de dimensões continentais? Caso não se tema a nossa diluição acrítica em contribuições exteriores, ser um país monoglota, influenciado pela cultura de massa globalizada, leva a quê? A um enquistamento científico? É certo que a geografia e – por que não – a geopolítica da pesquisa continuam a concentrar-se no Hemisfério Norte. O inglês passou há muito a ser a *lingua franca* da ciência e da tecnologia. A cooperação Sul-Sul abre novas perspectivas, é certo, mas como se desenvolverão a autonomia, a crítica e a capacidade de resposta, se for o caso, ao Hemisfério Norte, se não pudermos dialogar em outras línguas? Recairíamos num terceiro mundismo arqueológico, como nos tempos de Nasser, Nehru e outros estadistas respeitáveis, mas hoje fora dos horizontes históricos? Ou se terá um diálogo/monólogo ibero-americano? O francês e o inglês são também línguas do Hemisfério Sul. Alguém, com medo, conceberia o Hemisfério Norte como o lobo mau? Ou, em vez de medo, teríamos simplesmente limitações de educação geral em pleno século XXI, limitando-nos o uso, inclusive da internet, por barreiras linguísticas, em especial as páginas em inglês, majoritárias na rede?

Outro ponto interessante é a distribuição temática dos artigos. Em seguida ao interesse pelas políticas educativas, vem a história comparada da educação, com 16,7% do total. Cabe observar que, segundo Kazamias (2012), o custo epistemológico e metodológico das novas ênfases da educação comparada foi o abandono quase total da dimensão histórica na pesquisa educacional comparada. Esta se encontrava representada por 10,5% de artigos de revistas anglo-saxônicas. É claro que o volume de artigos é imensamente maior, porém pode ser que, proporcionalmente, no Brasil, os escassos esforços tenham lembrado a relevância deste tema, que é sucedido por 13,1% dos indispensáveis trabalhos sobre teorias e metodologias da educação comparada, germinativos para a disciplina.

De qualquer modo, com a capacidade de constituir sal da terra, o espalhamento da educação comparada por um grande número de periódicos pode ser encarado como similar a uma diáspora, capaz de fazer sentir a sua presença em diversos veículos. É verdade que uma diáspora parte de uma concentração inicial, mas não temos tido no Brasil um periódico dedicado à educação comparada, como nos países anglo-saxônicos e na França, entre outros, do qual migrassem trabalhos para outros títulos.

PARA ONDE VAMOS?

Esta indagação leva a outra: “que país queremos ser?” Um amplo congresso de educação comparada, como este, tem o condão de promover o diálogo. Parece que a educação comparada pode e deve inscrever-se no estilo “smallisbeautiful”. Cabe a ela exercer e incentivar um diálogo necessariamente crítico com o próprio Brasil e o mundo, na sociedade em rede, crivada de fronteiras e divisões internacionais e intranacionais. Entretanto, não podemos caber numa caixinha. Não manteremos a nossa autoconsciência nacional em isolamento relativo, com deficiências linguísticas, sem massa crítica para o diálogo, ainda mais quando o Sul enfrenta preconceitos do Norte e vice-versa. Que queremos ser? Um país gigante só pela própria natureza, isto é, em extensão territorial e em volume populacional, nos termos de histórico ufanismo? Ou queremos ter uma expressão à altura de tal gigantismo? Certamente não o faremos nem pela volta ao nacionalismo econômico e cultural, olhando para o próprio umbigo. Também não o faremos se nos desindustrializarmos e nos tornarmos exportadores de *commodities* (outra vez?!). O quadro sócio histórico mais amplo não é determinante, mas condicionante, embora não possamos esperar por decisões claras. É preciso apostar em tendências.

Saber o que queremos costuma ser uma questão típica de crise. E são as crises que tendem a levar à renovação. Que papel exercemos nós, pesquisadores e publicadores, muitos na senioridade da carreira (e para publicar, obtendo um lugar ao sol, é preciso mesmo ter percorrido caminho relativamente longo), em relação à educação comparada e ao papel fértil que ela pode ter? A juventude tem a capacidade de filtrar da herança da geração precedente o que ela aproveita e o que refuga. Isto ocorre porque a herança cultural Inter geracional não é uma bola de neve, infinitamente acumulativa. No entanto, este filtro em grande parte depende do que formamos e concebemos no presente, quer pelo conhecimento, quer pelo exemplo. Que legado cumpre a nós deixar às jovens e futuramente novas jovens gerações? Certamente não será o do confinamento num gueto, o da cópia dependente, o da transferência educacional mecânica, aquela que não viaja bem. Será com certeza continuar a definição da identidade sem medo de ser, fonte de outros medos, no torvelinho vivo da globalização, para nela nadar, apesar das fortes correntezas, sem se afogar. Chegamos aqui, apesar de tudo, por que não ousar ainda mais?

Como arremate, levando em conta que as relações entre colonizado e colonizador, bem como entre regiões geopolíticas, envolvem tanto cooperação como conflito, tanto amor quanto desamor, num jogo

múltiplo de espelhos e imagens cambiantes, pode-se citar um soneto de amor do nosso bisavô Camões (2014):

*Formosos olhos, que na idade nossa
Mostrais do céu certíssimos sinais,
Se quereis conhecer quanto possais,
Olhai-me a mim, que sou feitura vossa.*

*Vereis que de viver me desapossa
aquele riso com que a vida dais;

vereis como de Amor não quero mais,
por mais que o tempo corra e o dano possa.*

*E se dentro nest'alma ver quiserdes,
como num claro espelho, ali vereis
também a vossa, angélica e serena.*

*Mas eu cuido que só por não me verdes,
ver vos em mim, Senhora, não quereis:
tanto gosto levais de minha pena!*

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. *A Europa alemã de Maquiavel a “Merkievel”*: estratégias de poder na crise do euro. Lisboa: Edições 70, 2013.

BLYTH, Mark. *Austeridad: historia de uma ideapeligrosa*. Barcelona: Crítica, 2014.

CAMÕES, Luís Vaz. *Sonetos, de Luís de Camões*. Disponível em: <http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Sonetos_de_luis_de_camoes.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2014.

CARNOY, Martin. *Education as cultural imperialism*. Nova Iorque: David McKay, 1974.

CARNOY, Martin. *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. Brasília: UNESCO, 2002.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura, volume I*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. Educação comparada no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica. *Educação Unisinos*, Canoas, RS, v. 17, n. 3, p. 223-231, set./dez. 2013.

CASTRO, Marta Luz Sisson de; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Estado do conhecimento em administração da educação: uma análise dos artigos publicados em periódicos nacionais 1982-2000. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio, v. 12, n. 45, p. 1045-1064, out./dez. 2004.

COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas. Introdução editorial conjunta. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas (Orgs.). *Educação comparada: panorama internacional e perspectivas*. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v. 1, p. 13-19.

FOSTER, Philip J. The vocational school fallacy in development planning. KARABEL, Jerome; HALSEY, A.H. (Orgs.). *Power and ideology in education*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1978. p. 356-365.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Nacional, 2005.

GOMES, Candido Alberto. A perspectiva comparada em educação: fator de imposição cultural? *Forum Educacional*, Rio, v. 13, n. 1/2, p. 26-45, 1989.

GOMES, Candido Alberto. Reforço escolar: gastos e desigualdades sociais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 91, n. 227, p. 55-74, jan./abr. 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez., 2012.

JESUS, Wellington Ferreira; GOMES, Candido Alberto. *Que países são estes? Educação nova no Brasil e Portugal (1882-1935)*. No prelo.

KAZAMIAS, Andreas M. Educação comparada: uma reflexão histórica. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas (Orgs.). *Educação comparada: panorama internacional e perspectivas*. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v. 1, p. 173-196.

O'GORMAN, Edmundo. *La invención de América: el universalismo de la cultura de Occidente*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1958.

OLMOS, Liliana Esther; TORRES, Carlos Alberto. Teorias do Estado, expansão educacional, desenvolvimento e globalizações: abordagens marxista e crítica. In: COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas (Orgs.). *Educação comparada: panorama internacional e perspectivas*. Brasília: UNESCO, CAPES, 2012. v. 1, p. 97-114.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SANDEL, Michael J. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Rio: Civilização Brasileira, 2012.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. I Parte – Idade Média (Séculos XI-XV). In: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010. p. 17-198.

TÁCITO, Publius Cornélio. *Germânia*. eBookLibris. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/germania.html>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

THUROW, Lester. *The future of capitalism: how today's economic forces shape tomorrow's world*. Nova Iorque: William Morrow, 1996.

TOURAINÉ, Alain. *Depois da crise*. Lisboa: Piaget, s/d.

VIEIRA, José Carlos (editor). O mestre do reino. *Correio Braziliense*, Brasília, 24 jun. 2014, Suplemento Especial, p. 8.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; CASTRO, Marta Luz Sisson de. Administração comparada como área temática: periódicos brasileiros em 1982 e 2000. *Educação*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 417-437, maio/ago. 2004.